

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.241.872 - PI (2018/0022333-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MANASSES DE JESUS OLIVEIRA
ADVOGADOS : NAZARENO DE WEIMAR THÉ - PI000058A
HELDER CÂMARA CRUZ LUSTOSA - PI003371
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ART. 5º, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 895/STF**. ART. 5º, INCISO LIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por MANASSES DE JESUS OLIVEIRA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.017):

PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 593, III, D, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, VEDADO

Superior Tribunal de Justiça

CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. 2) VIOLAÇÃO AO ART. 478, I, DO CPP. PRONÚNCIA NÃO REFERIDA COMO ARGUMENTO DE AUTORIDADE. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, VEDADO CONFORME SÚMULA N. 7 DO STJ. 3) VIOLAÇÃO AO ART. 571, I, DO CPP, E AO ART. 30 DO CÓDIGO PENAL – CP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 4) AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem não constatou a ocorrência de julgamento contrário à prova dos autos, porquanto o Conselho de Sentença se convenceu pela tese da acusação que encontra respaldo probatório. O afastamento de tal conclusão demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

2. O Tribunal de origem consignou que a referência à decisão de pronúncia não teve intuito de influenciar os jurados, mas de fazer mera menção aos recursos defensivos. O afastamento de tal conclusão demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Ademais, conforme precedente, o art. 478, I, do CPP, não obsta toda e qualquer referência à sentença de pronúncia, mas somente aquela referência utilizada como argumento de autoridade.

3. O prequestionamento admitido por esta Corte se caracteriza quando o Tribunal de origem emite juízo de valor sobre determinada questão, englobando aspectos presentes na tese que embasam o pleito apresentado no recurso especial. Assim, uma tese não refutada pelo Tribunal de origem não pode ser conhecida no âmbito do recurso especial por ausência de prequestionamento.

4. Agravo regimental desprovido.

Os dois embargos declaratórios opostos foram rejeitados (fls. 1.053/1.058 e 1.077/1.081).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.087/1.095), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola o disposto no artigo 5º, incisos XXXV e LIV, e artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

A parte recorrida não apresentou contrarrazões (fl. 1.106).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que

Superior Tribunal de Justiça

sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo regimental, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto (fls. 1.021/1.027):

Em que pesem os argumentos veiculados no presente agravo regimental, não há como modificar a decisão ora agravada.

De início, constou da decisão agravada fundamentação concreta para afastar as violações apontadas pela defesa. De todo modo, as referidas violações serão novamente abordadas no presente voto, permitindo a inequívoca demonstração do acerto da decisão agravada.

Sobre a violação ao art. 593, III, "d", do CPP, condenação contrária à prova dos autos, o Tribunal de origem justificou a manutenção da condenação, em razão da tese acolhida pelos jurados ter encontrado respaldo na prova produzida. Cito o trecho:

2 - DA ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA FOI CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS

Outrossim, a alegação de que o julgamento seria contrário às provas produzidas nos autos, vez que os jurados entenderam que o apelante contribuiu para a morte da vítima desferindo chutes em seu rosto e o laudo cadavérico atesta que a morte decorreria de choque hipovolêmico hemorrágico em decorrência de perfuração no pulmão esquerdo, não deve prosperar.

Isso porque, o Laudo cadavérico, apesar de constar como causa principal da morte choque hipovolêmico hemorrágico em decorrência de perfuração no pulmão esquerdo, também faz expressa menção às "manchas de sangue coagulado, misturado a uma crosta de material terroso na face", o que apenas corrobora com os depoimentos testemunhais que relataram os vários chutes que precederam aos golpes de arma branca perpetrados quando a vítima já estava inconsciente e indefesa.

Cumpra então trazer à colação os trechos dos depoimentos que corroboram para o entendimento firmado pelo Colendo Conselho de Sentença.

Depoimento prestado pela testemunha Antônio Francisco Marques de Oliveira, em juízo:

"(...)Que esses meninos batiam no Felipe; Que ele viu na hora em

Superior Tribunal de Justiça

que eles estavam chutando; Que Felipe estava no chão e os dois chutando; Que fui até a hora que Manasses saiu para pegar o carro e ai entrou no carro e deu a ré e ficou esperando o outro que ficou lá matando a vítima com um objeto que parecia uma arma branca (...) Que viu na hora que o Marco Antônio vinha limpando a arma, que Marco Antônio fez várias vezes como quem estivesse furando(...) que os dois chutavam Felipe na cabeça, pés e barriga(...) Que a vítima já estava desmaiada quando o outro esfaqueou".

Depoimento prestado pela testemunha Luzia Alves da Silva Santos, em juízo:

"(...)Que ouviu uma perseguição e teve a curiosidade de ver quando chegou a pé da janela e viu; Que pegaram o menino e ele escapou das mãos dele e dentro de um metro ou dois pegaram ele novamente e falaram a frase: Eu vou te matar ladrão; Que derrubaram ele e ele não teve chance de pedir socorro; Que os dois começaram a chutar ele e nos primeiros chutes ele desmaiou logo; Que os dois chutavam um de um lado e outro do outro lado, chutavam na cabeça e o Marcos Antônio pisava a vítima(..) Que Manasses saiu e foi para o carro e o outro Militar simplesmente puxou uma arma e cravou no peito do menino e nas pernas(...)."

Com efeito, a alegação de que a decisão do Júri foi contrária a prova dos autos não condiz com o conjunto probatório dos autos, tendo em vista, que a materialidade restou devidamente comprovada pelo auto de exame cadavérico e laudo de exame pericial em local de morte violenta, bem assim a autoria pelos depoimentos das testemunhas prestados em sede inquisitorial e confirmados em juízo, sob o crivo do contraditório.

Cabe ressaltar que, em observância ao princípio constitucional da Soberania dos Veredictos, a decisão do Tribunal Popular do Júri somente pode ser cassada quando se mostrar totalmente dissociada dos elementos probatórios. Se os jurados aderiram à tese apresentada pelo representante do Parquet, e essa encontra respaldo nas demais provas, como in casu, deve-se respeitar a decisão do Conselho de Sentença, enquanto juiz natural da causa (fls. 778/779).

Verifica-se, do trecho acima, que o exame cadavérico também trouxe "*manchas de sangue coagulado, misturado a uma crosta de material terroso na face*" corroborando a tese acusatória e os depoimentos testemunhais de que o agravante desferiu chutes na vítima, antes do golpe de faca aplicado pelo corréu. Considerando a fundamentação do acórdão recorrido, modificá-lo acarretaria a necessidade de análise do conjunto probatório, o que determina a incidência da Súmula n. 7/STJ.

Portanto, não é o caso de julgamento contrário à prova dos autos, mas de convencimento sobre o papel do agravante para o alcance do resultado. No mesmo sentido, ou seja, pela manutenção do decidido pelo Conselho de Sentença quando este, diante da análise dos fatos, conclui pela condenação, é a jurisprudência desta Corte. Cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INVIABILIDADE. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Quando o recurso de apelação é interposto contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri, sob o fundamento desta ter sido manifestamente contrária à prova dos autos, ao órgão julgador é possível apenas a realização da análise acerca da existência ou não de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença, somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja manifestamente contrário à prova dos autos.

2. Decisão manifestamente contrária às provas dos autos, é aquela que não encontra amparo nas provas produzidas, destoando, desse modo, inquestionavelmente, de todo o acervo probatório.

3. O recurso de apelação interposto pelo art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP, não autoriza a Corte de Justiça a promover a anulação do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, simplesmente por discordar do juízo de valor resultado da interpretação das provas.

4. Havendo duas versões a respeito do fato, ambas amparadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, deve ser preservada a decisão dos jurados, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, que, no caso, decidiu pela condenação do réu.

5. Alterar as conclusões consignadas no acórdão recorrido, como requer o recorrente, no sentido de que não há elementos nos autos a respaldar o decreto condenatório proferido pelo Tribunal do Júri, exigiria a incursão no conjunto fático-probatório e nos elementos de convicção dos autos, o que não é possível, em razão do óbice disposto no enunciado 7 da súmula de jurisprudência desta Corte.

[...]

7. *Agravo regimental desprovido* (AgRg no REsp 1660745/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 1/9/2017).

REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. IDONEIDADE DOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. Desconstituir o entendimento do Tribunal de origem, quanto à autoria e materialidade do delito, para reconhecer que édito condenatório se deu contrário à prova dos autos, exige o revolvimento dos elementos contidos no caderno processual, vedado na via eleita ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

[...]

4. *Agravo regimental a que se nega provimento* (AgRg no AREsp 840.378/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2017).

Sobre a violação ao art. 478, I, do CPP, o Tribunal de origem

Superior Tribunal de Justiça

rechaçou a ocorrência de nulidade, pois o representante da acusação fez mera menção aos recursos defensivos, sem utilização de argumento de autoridade, não ficando demonstrado efetivo prejuízo. Cito o trecho:

1-DA NULIDADE PELA LEITURA DA PRONÚNCIA E ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO

Prefacialmente, é de se analisar a arguição de nulidade da sessão de julgamento em razão da menção por parte do Promotor de Justiça dos recursos da defesa e acórdãos nos quais restaram improvidas as pretensões veiculadas, o que teria causado prejuízo ao recorrente na medida em que teria influenciado no julgamento do Conselho de Sentença.

Por oportuno, convém transcrever alguns trechos da manifestação do douto Promotor de Justiça, Dr. João Malato Neto:

" Porque só depois de dois anos e meio é que estão sendo julgados: Por culpa exclusiva da defesa, pois nunca tinha visto tanto recurso como nesse processo. Recorreram de tudo que tinha que recorrer, atrasaram o processo de todas as formas porque quanto mais você atrasa o processo só quem se beneficia é o acusado (...) isso dá excesso de prazo e ele não pode ficar preso por muito tempo aí põe ele em liberdade (...) Segundo, as testemunhas, pois quanto mais tempo passa as testemunhas as vezes não conseguem se lembrar da integralidade de seu depoimento, porque nós não somos máquinas (...) Que a historinha da defesa foi afastada desde o início deste processo, pois está escrito aqui nos autos que a primeira vez que ele falou isso aí em 09 de julho de 2014 foi negado seguimento ao recurso, o segundo recurso da defesa em 13 de agosto de 2014 negado, negado terceiro recurso da defesa em 11 de dezembro de 2014, nego recurso da defesa em 22 de abril de 2015, quatro tentativas e hoje foi a quinta (...)

Extraí-se do exame da gravação audiovisual da sessão de julgamento, que a mera menção aos recursos aviados pela defesa, bem assim o resultado do acórdão, sem adentrar nas teses meritórias propriamente ditas ou mesmo realizar a leitura do inteiro teor das peças, não seria capaz de persuadir ou influenciar o ânimo dos jurados, que, diga-se de passagem, possuem franco acesso a todas as peças processuais, nos termos, do artigo 480 do Código de Processo Penal, adiante colacionado:

[...]

Destarte, a referência ao improvimento de recursos que pretendiam o reconhecimento da ausência de indícios de autoria e materialidade do delito, não constitui argumento de autoridade apto a prejudicar o apelante tampouco capaz de comprometer a convicção dos jurados e eivar de nulidade o Julgamento.

Tal premissa figura como entendimento firme e pacífico do Superior Tribunal de Justiça, conforme a seguir exemplificado:

[...]

Sobremais, é cediço que o reconhecimento de eventual nulidade, mesmo que absoluta, somente seria possível ante a necessária demonstração do prejuízo, o que não se vislumbra no caso concreto, uma vez que o apelante não se desincumbiu do ônus da demonstração do prejuízo.

Nesse diapasão, destaco os termos do artigo 563 do CPP:

Art.563.Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar

Superior Tribunal de Justiça

prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Destarte, refuto a tese ventilada por não vislumbrar qualquer pecha de nulidade a macular o julgamento (fls. 776/778).

No mesmo sentido, ou seja, pela inexistência de violação ao art. 478, I, do CPP, quando feita referência à sentença de pronúncia sem utilização de argumento de autoridade, cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. REFERÊNCIA À DECISÃO DE PRONÚNCIA NA SESSÃO DE JULGAMENTO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO DE AUTORIDADE E DE PREJUÍZO AO RÉU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. A intenção do legislador, insculpida no art. 478, I, do CPP, não foi a de vedar toda e qualquer referência à decisão de pronúncia e às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, mas evitar que o Conselho de Sentença seja influenciado por decisões técnicas, impingindo aos jurados o argumento de autoridade.

4. A simples leitura da decisão de pronúncia no Plenário do Júri ou a referência a tal decisão, sem a especificação do seu conteúdo, não induzem à nulidade do julgamento se não forem utilizadas para fundamentar o pedido de condenação (HC n. 248.617/MT, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 17/9/2013).

5. *Agravo regimental não provido* (AgRg no AREsp 429.039/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 10/10/2016).

Cumpre ressaltar que para se afastar as conclusões do Tribunal de origem a respeito do ocorrido na sessão de julgamento seria necessário o revolvimento fático-probatório, vedado conforme súmula n. 7/STJ.

Por fim, sobre a violação aos artigos 571, I, do CPP e 30 do CP, verifica-se que o Tribunal de origem não analisou as teses. Logo, o conhecimento do recurso especial no ponto carece do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal – STF. No mesmo sentido, cito precedente:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AOS ARTS. 4º, CAPUT, DA LEI Nº 7.492/86, E 62, I, DO CP. TESE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 4º, CAPUT, E 25, AMBOS DA LEI Nº 7.492/86. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO NO DELITO. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. ARESTO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

ILEGALIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)

[...]

5. *Agravo regimental a que se nega provimento* (AgRg no AREsp 1061456/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017).

Ante o exposto, voto pelo desprovimento do agravo regimental.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Em relação à suposta violação do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, no julgamento do RE 956.302/GO, também sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese de que "a questão da ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, **quando há óbice processual intransponível ao exame de mérito**, ofensa indireta à Constituição ou análise de matéria fática, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 895/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do julgado:

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Não há repercussão geral quando a controvérsia refere-se à alegação de ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, nas hipóteses em que se verificaram óbices intransponíveis à entrega da prestação jurisdicional de mérito. (RE 956.302/GO RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

Relativamente à mencionada afronta ao artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites

Superior Tribunal de Justiça

da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata da ofensa aos artigos 478, I, 571, I, 593, III, "d", todos do Código de Processo Penal, e artigo 30 do Código Penal.

Segue a ementa do aresto:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748.371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Por fim, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo regimental devido à vedação ao reexame de provas, aplicando o enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, e em razão da falta de prequestionamento, aplicando os enunciados n. 282 e n. 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

Sobre o tema, destaco precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO

Superior Tribunal de Justiça

RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente